

Congresso tem pauta cheia antes do recesso

Íbsen reconhece que ainda aguardam votação em plenário diversos projetos urgentes e relevantes

BRASÍLIA — O Congresso Nacional inicia hoje — ontem não houve quórum — sua última semana de trabalho do semestre, sem se programar para nenhum esforço concentrado para “limpeza de pauta”. O Congresso só está obrigado a votar, antes do recesso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já na pauta de votação, porque a Constituição estabelece que não haverá recesso enquanto essa lei não for aprovada.

Com a pauta de votações da Casa cheia, o presidente da Câmara, Íbsen Pinheiro (PMDB-RS), reconhece a existência de projetos “urgentes e relevantes por seu alto interesse social”, que precisariam ser votados nos próximos dias. A Medida Provisória 296, que trata de vencimentos de servidores civis e militares, perde sua validade, se não for votada até o final de semana, mas isso não impede o recesso. O presidente Fernando Collor poderá reeditá-la.

Estão na pauta de votação a alteração na Lei do Inquilinato, a modificação na Lei de Informática, além de projetos sobre isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados para equipamentos novos e correção monetária das demonstrações financeiras das empresas. A Câmara tentará votar também o projeto (já aprovado pelo Senado) que regulamenta as eleições municipais do próximo ano.

Íbsen disse que a Câmara está se esforçando para votar as matérias mais importantes. Lembra que, na semana passada, aprovou o Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social, ontem encaminhados ao Senado. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação deverá ficar para o segundo semestre.

Todas essas proposições, depois de aprovadas pela Câmara, terão de passar pelo exame do Senado, onde é crescente a insatisfação com o chamado “prato

Agenda carregada

Estes são temas pautados para ser analisados hoje pelo Legislativo

Congresso

Sessão Plenária — 19 horas

- Medida Provisória 296 (reajuste salarial dos servidores públicos)
- Oito vetos presidenciais, um dos quais na Lei de Política Agrícola e outro no Código de Defesa do Consumidor
- Poderá ser convocada, ainda, sessão extraordinária para o exame da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Câmara

Sessão Plenária — 14 horas

- Alterações na Lei de Informática
- Alterações na Lei do Inquilinato
- Isenção de IPI para equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos novos
- Correção monetária das demonstrações financeiras
- Emendas do Senado ao projeto que trata da organização das Forças Armadas
- Reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau

Comissões Permanentes

Constituição e Justiça

- Projetos de isenção do ICM para o leite in natura e adição de 22% de álcool à gasolina nos grandes centros urbanos durante o inverno, além de outras 20 proposições

Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática

- Requerimento para convocar o bispo Edir Macedo a depor sobre a aquisição da TV Record
- Requerimento para convocar o secretário-geral da Presidência, Marcos Coimbra, a depor sobre a publicidade do Projeto Minha Gente
- Autorizações para renovação de concessões de rádio

Seguridade Social e Família

- Fórum de Debates sobre Sangue e Hemoderivados

Economia, Indústria e Comércio

- Exposição do presidente da Petrobrás, Alfeu Valença, sobre o abastecimento de álcool

Comissões Parlamentares de Inquérito

Internacionalização da Amazônia

- Depoimento do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho

Violência no Campo

- Depoimento do secretário de Polícia Federal, Romeu Tuma

Extermínio de Crianças

- Depoimento do prefeito de Vitória, Vitor Buaiz

Narcotráfico

- Depoimento do governador de Pernambuco, Joaquim Francisco

Senado

Sessão Plenária — 14h30

- Normas para a transação nas causas de interesse da União
- Alteração da lei referente ao regime sumário para registro de comércio

feito”, que em toda a véspera de recesso a Câmara prepara. Os senadores Jutahy Magalhães (PSDB-BA) e Nelson Carneiro (PMDB-RJ), entre outros, se queixam de que a Câmara passa meses discutindo projetos do governo e depois os encaminha ao Senado como “prontos e acabados”, para serem votados em dois ou três dias. O presidente

do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), disse que cumprirá o ritual de despachar os projetos às respectivas comissões técnicas. “Se elas prepararem o parecer a tempo, colocarei os projetos em votação no plenário”, acrescentou.

As lideranças do PDT e do PT estão fazendo pressão para que o projeto sobre a nova política

salarial também seja colocado em votação. Ameaçam obstruir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e, com isso, adiar o recesso. O presidente da Câmara, não vê urgência na matéria. “A vigência da atual lei vai até agosto”, lembrou.

ORÇAMENTO

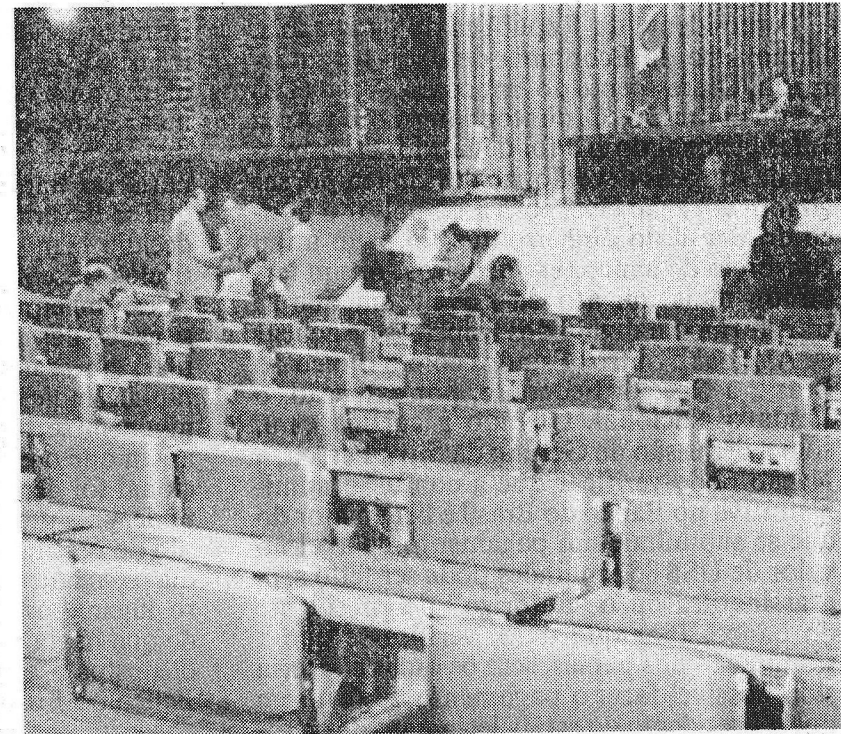
A Comissão Mista de Orçamento, formada por 120 senadores e deputados, apreciará hoje, a partir das 10 horas, o substitutivo ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentado ontem à noite pelo relator, deputado Messias Góis (PFL-SE), que alterou profundamente a proposta original enviada pelo governo. “Não tenho comentários a fazer”, limitou-se a dizer o relator, que, entre outras mudanças, abriu uma ampla janela para permitir o retorno ao processo de economia indexada e eliminou a proposta de criação do Imposto sobre Grandes Fortunas.

No capítulo das disposições e alterações na legislação tributária, o relator Messias Góis assinalou que o presidente Fernando Collor encaminhará ao Congresso até o dia 31 de agosto, os projetos de lei contendo propostas de alteração na legislação tributária. As principais alterações são as seguintes:

- o Ministério Público da União passa a ter o seu orçamento limitado pelas ações do Poder Legislativo;

- o projeto original previa a proibição de serem destinados recursos do orçamento da União para atender às despesas com estados e municípios. Esse item foi eliminado pelo relator;

- segundo o substitutivo do relator, as despesas com custeio administrativo e operacional, exclusive com pessoal e encargos sociais, terão como limite máximo, em 1992, 90% do valor dos créditos orçamentários correspondentes a 1990, com atualização monetária entre o INPC médio dos dois períodos.



Luiz Antônio/AE

Plenário da Câmara na sessão de ontem: sem quórum